



Resolução CN-SESI nº 0045/2021

Autoriza a baixa patrimonial e alienação por venda de imóvel, com benfeitorias, de propriedade do Sesi/DR/SC, localizado na rua 29 de Julho, nº 1590, bairro Itaíba, Concórdia/SC.

O CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, na 204ª Reunião Ordinária de 30/03/2021, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais,

CONSIDERANDO o Ofício nº 008/2021-DIDEN e a proposição nº 08/21, ambos do diretor do Departamento Nacional do Sesi;

CONSIDERANDO que o Departamento Regional do Sesi de Santa Catarina, por meio dos Ofícios FIESC/SEG 49583/2020 e 01696/2021 e da Resolução Regional nº 028/2020, solicita a este Conselho Nacional autorização para alienar, por venda, imóvel, com benfeitorias, localizado na rua 29 de julho, nº 1590, bairro Itaíba, Concórdia/SC, matriculado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia/SC sob o nº 21.606;

CONSIDERANDO que o Sesi/DR/SC solicita ofertar o imóvel publicamente com base no valor mínimo de R\$ 8.570.000,00 (oito milhões, quinhentos e setenta mil reais) constante no laudo de avaliação juntado ao processo Sesi/CN0048/2021;

CONSIDERANDO que o Sesi/DR/SC solicita autorização para ofertar o imóvel com 20% (vinte por cento) de desconto a ser aplicado sobre o valor médio constantes no laudo de avaliação se após duas tentativas ele não for vendido;

CONSIDERANDO que o recurso obtido com a alienação, por venda, do referido imóvel, reverterá integralmente para as finalidades institucionais do mesmo Sesi;

CONSIDERANDO o art. 24, alínea "n" do Regulamento do Sesi;



CONSIDERANDO a obrigatoriedade do cumprimento dos ditames constantes do Regulamento de Licitações e Contratos do SESI e da Resolução SESI CN nº 01/2004;

CONSIDERANDO as previsões contidas nas alíneas "v" e "x" do art. 33, do Regulamento do SESI no que se refere à representação da entidade em juízo ou fora dele;

CONSIDERANDO os termos do Parecer CONJUR Nº 0040/2021, emitido pela Consultoria Jurídica e Governança Corporativa do Conselho Nacional do SESI, no processo SESI/CN0048/2021.

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o diretor do Departamento Regional do SESI de Santa Catarina a alienar, por venda, com base no valor mínimo de R\$ 8.570.000,00 (oito milhões, quinhentos e setenta mil reais) constante no laudo de avaliação juntado ao processo SESI/CN0048/2021, imóvel, com benfeitorias, localizado na rua 29 de julho, nº 1590, bairro Itaíba, Concórdia/SC, matriculado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia/SC sob o nº 21.606, devidamente atualizado na data da alienação, e seguindo as regras constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da entidade, sendo certo que os recursos advindos da venda serão integralmente aplicados nas finalidades institucionais do SESI.

Art. 2º Autorizar que, não havendo sucesso em duas tentativas de venda, possa o SESI/DR/SC ofertar o imóvel nas demais tentativas aplicando desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor mínimo de mercado indicado no laudo de avaliação juntado ao processo SESI/CN0048/2021.



Art. 3º Determinar que conste do edital que ofertará publicamente o imóvel, que qualquer averbação, seja de que natureza for, que eventualmente não tenha sido feita na matrícula do imóvel, como, por exemplo, benfeitorias e construções, bem como suas regularizações, em especial no âmbito tributário e da administração pública, será providência de inteira e exclusiva obrigação, responsabilidade e ônus do futuro arrematante/adquirente, nada podendo ser reclamado do SESI com relação a estas providências e os seus eventuais custos.

Art. 4º Determinar que conste do edital que o imóvel está sendo ofertado com a cláusula ad corpus, nos termos do parágrafo 3º do artigo 500 do Código Civil Brasileiro de 2002.

Art. 5º Determinar que conste da futura escritura pública de compra e venda as determinações constantes dos artigos 3º e 4º acima indicados.

Art. 6º Autorizar que a procuração por instrumento público a ser outorgada pelo diretor do Departamento Nacional do SESI ao diretor do Departamento Regional do SESI de Santa Catarina, para a consecução do negócio jurídico, possa prever o substabelecimento, com reserva de poderes, ao superintendente do SESI/DR/SC.

Art. 7º Que esta Resolução entre em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Brasília, 30 de março de 2021.


Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Presidente

